



ATA DA 4ª REUNIÃO

Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios

Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril de 2017, às 09h, no Anfiteatro da Reitoria, reuniu-se a Comissão para discutir as categorias de usuários dos Restaurantes Universitários e os subsídios designada pelo Ato Administrativo CoAd nº 283, de 30.03.2017, com a presença dos membros: Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente), Sra. Nadia Cristina Picelli, Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli, Sra. Marisa Cubas Lozano, Grad. Victor Scripinic dos Santos, o representante do DCE Grad. Rafael Dangelo Marcondes Severi, a representante da APG Isabela Alline Oliveira, o representante da APG Gabriel Luiz Augusto, a representante do SINTUFSCar Sra. Marineia Teresinha Duarte e a Profa. Ana Perdigão representante do cursinho UFSCar. Instalada a comissão Prof. Leonardo fez uma síntese das reuniões anteriores. Fernando apresentou a planilha com os cálculos realizados para todos os presentes que propunha a apresentação pela Comissão ao ConsUni de uma forma de subsídio diferente da aprovada pela CANOA, levando em consideração as questões socioeconômicas analisadas. Alunos (bolsa integral) e estagiários ProGPe seriam 100% subsidiados; alunos (bolsa parcial) 70% pagando R\$2,50; alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de projetos e NumiEcosol 50% pagando R\$4,00; T.A., FAI e Rádio 45% pagando R\$4,50; e docentes e pós doc 25% R\$6,00. Fernando informou que há outra resolução da CANOA que define que o valor arrecadado no RU não pode ser utilizado para custeio do mesmo. Sugeriu então que fosse encaminhado ao CoAd uma proposta para alterar essa resolução, permitindo que a arrecadação possa ser utilizada integralmente no RU. Isabela questionou como é feito o custeio da UAC, se há verbas do RU sendo investidas lá. Prof. Leonardo informou que esse ano foram gastos R\$ 7.664,50 de PNAES e R\$ 48.061,35 de RTN e esclareceu que é preciso comprar os alimentos da UAC pelo RU, devido a quantidade a ser adquirida ser muito pequena para ser feita separadamente. Prof. Leonardo apresentou então a Profa. Ana representante do cursinho que expôs sobre o mesmo aos membros da Comissão informando que esse é o décimo oitavo ano de existência do cursinho, com cerca de 260 alunos, no qual a renda per capita da maioria dos alunos é inferior a um salário mínimo e meio. Profa. Ana reforçou que para esses alunos é muito importante a utilização do RU, sendo uma média de 60 alunos do cursinho que comeriam regularmente no RU, média que equivale ao número de alunos trabalhadores do cursinho e reforçou que seria muito importante manter o acesso ao RU para esses alunos e não à R\$ 4,00, pois esse valor seria muito alto para essa categoria. Vitor questionou se o período do cursinho é o mesmo de uma graduação. Profa. Ana informou que esse ano o cursinho começou em fevereiro e a previsão de término é em novembro, devido a data do ENEM. Prof. Leonardo sugeriu que essa categoria fosse colocada na categoria bolsa parcial, pagando um valor de R\$ 2,50, mas subsidiados por RTN e não PNAES. Foi aprovado essa proposta pela Comissão. Profa. Ana sugeriu que a categoria de docentes e pós doc pagassem o valor da refeição total, caso isso



pudesse ser revertido em subsídio para outras categorias. Prof. Leonardo informou que a representante dos docentes Profa. Ana Cristina pediu para ser desligada da comissão e sugeriu que a comissão solicitasse ao ADUFSCar a indicação de um novo representante docente. Isabela colocou que o valor de R\$ 4,00 é impraticável para a categoria de pós-graduação. Fernando reforçou que enquanto não houver análises socioeconômicas da pós-graduação não é possível fazer essa categorização. Prof. Leonardo reforçou que a Comissão pode propor que a partir do momento que as análises socioeconômicas passarem a ser feita para essa categoria esse valor possa ser revisto. Isabela também colocou que discorda com o valor de graduação de R\$ 4,00. Fernando colocou que não concorda com a diminuição do valor para todos os graduandos, pois não são todos que se enquadram na categoria de graduandos em vulnerabilidade. Gabriel colocou que é direito de todos o acesso ao RU. Fernando esclareceu que o subsídio foi feito pensando em ajudar aos alunos em vulnerabilidade. Isabela colocou que para ser tomada essa decisão e fixado esse valor de R\$ 4,00 então todos os alunos ao ingressarem na Universidade devem passar por uma análise socioeconômica para saber em qual categoria se enquadra. Prof. Leonardo disse que acredita que essa proposta seria ideal, mas que a ProACE não tem condição de fazer essa análise socioeconômica global da Universidade. Prof. Leonardo também informou que a representante indicada pelo CoACE para fazer parte dessa comissão foi convidada para participara da reunião, mas que a mesma só passará a fazer parte da comissão após aprovação do CoAd. Rafael colocou que deve ser feita uma conscientização aos alunos que utilizam o RU e não a aplicação desse valor de R\$ 4,00 para todos os graduandos. Fernando esclareceu que a resolução que a Universidade possui define que o subsídio deve ser de 40% e que a Comissão já está fazendo uma proposta de aumentar esse subsídio justamente pensando nas questões socioeconômicas. Rafael questionou o porquê foi seguido o valor de R\$1.200.000,00 de arrecadação para estipulação dos valores das refeições do RU. Fernando esclareceu que esse foi o teto estipulado, pois é o máximo que pode ser revertido para o RU. Rafael colocou que acredita que as ferramentas que a comissão possui são insuficientes para decidir o preço para cada categoria, por exemplo, com relação aos valores estipulados para os docentes questionou se há algum lugar onde está estipulado que o subsídio deve ser de 25%. Marisa colocou que concorda com a necessidade de mais ferramentas, mas entende que a Universidade não as possui e questionou o que o aluno sugeriria frente a esse cenário. Rafael sugeriu que o valor reajustado fosse menor já que a comissão não tinha como estipular os impactos do aumento desse valor, sugeriu também que a comissão apontasse um aumento gradual desse valor e que houvesse uma discussão com a comunidade universitária a respeito do assunto. Prof. Leonardo colocou que já foi apontado pela comissão a necessidade de uma discussão com toda a universidade e que com as ferramentas que possuem hoje a comissão pode indicar, por exemplo, a categoria de bolsa parcial e reforçou que acredita ser importante ter o apontamento de valores pela comissão. Marineia colocou que os T.A.s também são divididos em categorias, assim como docentes, que há efetivos e substitutos, e reforçou que isso deve ser pensando e a tabela deve ser discutida e



flexibilizada. Victor colocou que somado T.A.s e docentes a utilização do RU é de 2%, sendo um impacto mínimo. Marineia colocou que não é uma questão de impacto e sim de justiça social. Também colocou que precisa ser apontada pela comissão a alteração do contrato dos funcionários do RU que são 100% subsidiados. Victor colocou que deve ser um apontamento já para a próxima reunião do ConsUni a alteração da Resolução que prevê que o valor arrecadado pelo RU não possa ser utilizado para o custeio do mesmo. Fernando ressaltou que hoje há um grande desequilíbrio do RU, que concorda com um aumento menor do valor das refeições, mas que isso não permite que o RU seja equilibrado. Prof. Leonardo colocou que hoje cerca de 30% do custo do RU é subsidiado pelo PNAES, sendo o restante subsidiado por RTN. Acrescentando que dessa forma não haveria como manter o RU até o fim do ano. Rafael levantou que o estabelecimento dessa comissão já foi um avanço, mas que ainda acredita que o valor de R\$ 4,00 deve ser menor, que acredita que haverá uma resistência, então sendo assim acredita que deve haver uma ampla discussão com a comunidade acadêmica, pois se não é possível estabelecer esse valor por ferramentas, que ele seja estabelecido por um levantamento junto a todos. O aluno questionou qual o valor mínimo para que o RU continue funcionando. Prof. Leonardo esclareceu que é justamente o valor de R\$ 4,00. Marisa colocou que entende a posição do aluno, que já foi graduanda e pós-graduanda na Universidade, mas que a UFSCar preza pela excelência acadêmica e que é preciso garantir que os departamentos continuem funcionando com qualidade, além de que não acredita ser possível nivelar por baixo o valor do RU, pois dessa forma a Universidade não poderia garantir a qualidade que o RU tem hoje. Marisa também fez a proposta de estender a categorização por renda per capita para todas as categorias. Fernando colocou que essa proposta é interessante, pois força a universidade a ter essa análise socioeconômica que é essencial. Marisa reforçou que concorda que é necessário ter uma proposta por essa comissão, para que possa haver uma contraproposta para ser analisada. Marisa sugeriu ainda que o DCE e a APG trouxessem uma contraproposta para próxima reunião para discussão dos valores. Fernando colocou que uma proposta seria o estabelecimento do valor por renda per capita e não por categoria. Prof. Leonardo colocou que com isso a Universidade teria que realizar a análise socioeconômica de todas as categorias para que essa proposta fosse viável. Prof. Leonardo reforçou a necessidade de a APG e o DCE trazer na próxima reunião uma contraproposta aos valores estabelecidos, para serem discutidos pela comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Luana Domingues Pereira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.



Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade – ProACE – Presidente	
Sr. Rafael Porto Santi – ProGPe	
Sr. Fernando Henrique Donizeti Paganelli – ProAd	
Sr. Djalma Ribeiro Jr. – SAADE	
Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz – CECH	
Profa. Dra. Ana Lúcia Brandl – Diretora Campus Sorocaba	
Prof. Dr. Rafael Henriques Longaresi – Diretor Campus Lagoa do Sino	
Sra. Nadia Cristina Picelli – Campus Araras	
Sra. Marisa Cubas Lozano – SINTUFSCar – Bco	
Grad. Victor Scripinic dos Santos	
Grad. Flávia Caroline A. Salmázio	